

Diário do Legislativo de 28/10/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Abramo	Gilberto PMDB-PT-PCdoB
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Torres	Mauri BSD
Deputado Borges	Wander BPS
Deputado Quintão	André PMDB-PT-PCdoB
Deputado Alves	Delvito BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
-----------------------------------	---------------	------------

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Paulo Guedes

Deputado BSD
Ademir Lucas

Deputado BPS
Wander Borges

Deputado PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB-PT-PCdoB
Paraca

Deputada Maria PMDB-PT-PCdoB
Tereza Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Ronaldo Magalhães

Deputado BPS
Sebastião Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto Abramo

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Malheiros Délio BPS

Deputado Moreira Célio BSD

Deputado Moreira Neider BPS

Deputado Quintão André PMDB-PT-PCdoB

Deputado Júlio Antônio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Valadares Gustavo DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BPS Presidente

Deputado Juninho Araújo BSD Vice-Presidente

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Paulo Guedes PMDB-PT-PCdoB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Veneroso Rômulo BPS

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Miranda Vanderlei PMDB-PT-PCdoB

Deputado PDT

Deputado Fabiano Dimas PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB-PT-PCdoB Presidente

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado DEM

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval
Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PT
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PMDB-PT-PCdoB
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente
Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PCdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro
Lessa

Deputado BSD
Lafayette
de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Juarez
Távora

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PMDB-PT-PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio
Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado BSD
Irani
Barbosa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Rêmolo
Aloise

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PP Presidente
Vanderlei
Jangrossi

Deputado BPS Vice-Presidente
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado BSD
Domingos
Sávio

Deputado BPS
Chico Uejo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Braulio
Braz

Deputado BSD Vice-Presidente
Ronaldo
Magalhães

Deputada BSD
Ana Maria
Resende

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PP
Dimas
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Mauri BSD
Torres

Deputado Antônio PMDB-PT-PCdoB
Júlio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado PDT

Deputado Rêmoló BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado PP
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Rosângela
Reis

Deputado BSD Vice-Presidente
Walter Tosta

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Ívair
Nogueira

Deputado DEM
Elmiro
Nascimento

Deputada PMDB-PT-PCdoB
Cecília
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS
Diniz

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB-PT-PCdoB
Neiva

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma
Diniz

Deputado BSD
Irani
Barbosa

Deputado BSD
Rêmolo
Aloise

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Tenente
Lúcio

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio
Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião
Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD

Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas DEM
Fabiano

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 46ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa - ETE FMC -, de Santa Rita do Sapucaí, pelos 50 anos de sua Fundação

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 46ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/10/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Entrega de placa - Palavras do Pe. Guy Jorge Ruffier - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Dalmo Ribeiro Silva - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Tiago Ulisses, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa - ETE FMC -, de Santa Rita do Sapucaí, pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Revmo. Sr. Pe. Guy Jorge Ruffier, Diretor-Geral da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa; os Exmos. Srs. Hudson Carvalho, representando o Prefeito Municipal de Santa Rita do Sapucaí, Paulo Cândido da Silva; e Magno Magalhães Pinto, Presidente da Câmara Municipal dessa cidade; a Exma. Sra. Isabela Freitas Moreira Pinto, representando o Deputado Federal Bilac Pinto; e os Exmos. Srs. Adonias Costa da Silveira, Presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - Finatel -; José Policarpo, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -; e Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença, nesta solenidade, do Revmo. Sr. Pe. José Ramón Fernandez de la Cigoña, Diretor de Formação Cristã e Comunitária; dos Exmos. Srs. Ialdo Correia Costa, Diretor Administrativo-Financeiro e Alexandre Loures Barbosa, Diretor Pedagógico, todos da ETE FMC; e dos Srs. João Paulo Sampaio e Vagner Fernandes Mendes, Vereadores da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação da TV Assembleia.

- Procede-se à exibição do Hino Nacional.

Leitura de Mensagem

O locutor - Com a palavra, a Sra. Isabela Freitas Moreira Pinto, representando o Deputado Federal Bilac Pinto.

A Sra. Isabela Freitas Moreira Pinto - Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, neste ato representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Revmo. Pe. Guy Jorge Ruffier, Diretor-Geral da ETE FMC; Exmos. Srs. Hudson Carvalho, representando o Sr. Paulo Cândido da Silva, Prefeito de Santa Rita do Sapucaí; Magno Magalhães Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí; Adonias Costa da Silveira, Presidente da Finatel; José Policarpo, Diretor Científico da Fapemig; e Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Justiça da Assembleia e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. (- Lê:)

"Senhoras e senhores, infelizmente, devido à antecipação da data anteriormente programada para a realização deste evento, que coincide com a minha viagem, em missão oficial do Ministério das Comunicações, ao exterior, fico impossibilitado de poder estar presente. Como cidadão de Santa Rita do Sapucaí, amante orgulhoso e entusiástico de minha terra e minhas origens, não poderia deixar de registrar minhas palavras pelo Jubileu de Ouro da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, a ETE FMC, como é conhecida em todo o País.

Fruto de um projeto visionário de Luzia Rennó Moreira, minha querida e admirada tia-avó, a ETE é hoje não apenas o resultado do esforço pioneiro de uma mulher à frente de seu tempo; é também um empreendimento bem-sucedido, modelo em seu gênero, referência em todo o País e berço de formação de profissionais de incontestável competência.

Sinhá Moreira, como era conhecida, voltou para Santa Rita depois de longas viagens pelo mundo. Dona de sagacidade e perspicácia incomuns, D. Sinhá se impressionou particularmente com a tecnologia japonesa e sua repercussão na economia do País e na qualidade de vida da população. De volta à sua terra, movida por um senso extraordinário de responsabilidade social, resolveu empregar parte de seu tempo e de seu patrimônio na criação de uma escola. Fundou assim a ETE, expressamente colocada sob a direção dos padres jesuítas locais. Sob a égide dos preceitos religiosos da secular Companhia de Jesus, a ETE vem desenvolvendo-se desde então, acompanhando a revolução tecnológica e as necessidades do mercado, do mesmo modo que participa das demandas educacionais do País.

Vale enaltecer, desde já, Sr. Presidente, a orientação jesuíta que presidiu ao crescimento e à consolidação da ETE. Como todos sabemos, a Companhia de Jesus acumulou imensa experiência e tradição em projetos educacionais, nos quais imprime, de forma consistente e definitiva, a doutrina cristã. Em seus estabelecimentos, a formação do indivíduo é baseada no amor ao próximo, na responsabilidade comunitária, na comunhão entre fé e cultura, na busca pela justiça e pelo conhecimento. Propondo Cristo como modelo de vida humana, a educação jesuíta promove valores altruístas e transformadores, capazes de aperfeiçoar a sociedade rumo a um modo de convívio mais produtivo e mais fraterno, com inclusão de todos para benefício de todos, sem distinção.

O objetivo da ETE é atuar como referência empresarial nos mercados nacional e internacional, nas áreas de educação, informática e gráfico-editorial. Esse objetivo está inserido na missão institucional de 'proporcionar e permitir ao educando formação integral, de modo que este, como pessoa humana e profissional competente, possa assumir conscientemente e exercer o compromisso de participar da construção de uma sociedade mais justa e fraterna'.

O resultado desse esforço cinquentenário pode ser medido pelo ingresso de tantos ex-alunos em universidades, logo após o término dos cursos técnicos. Do mesmo modo, pode ser medido pelo sucesso profissional de outros tantos, hoje comerciantes, industriários, industriais ou agentes públicos atuantes no governo estadual e na administração federal.

Por todas essas razões, não poderia deixar de dar o meu pronunciamento nesse jubileu, que diz respeito, tão de perto, ao progresso e ao desenvolvimento de nossa região. A lembrança de D. Sinhá proporciona-nos ainda um orgulho familiar que não pretendemos esconder. Remete, de certa forma, ao esforço que continuamos a fazer, de nossa parte, 50 anos depois, atuando nesta Casa pela melhoria das condições de vida da população de Minas Gerais.

Meus sinceros cumprimentos à diretoria da ETE, na pessoa do Pe. Guy Jorge Ruffier, representando as várias gerações de dirigentes e professores, e do Sr. Ialdo Correia Costa, Diretor Administrativo. Cumprimento também os alunos da ETE, na certeza de que também se orgulham de pertencer a instituição de tal porte e de compartilharem dos objetivos maiores que ensejaram sua criação. Não podemos deixar de ressaltar os nomes dos nossos saudosos Pe. Raul Laranjeira de Mendonça e Pe. José Carlos de Lima Vaz, pessoas iluminadas com quem tivemos o prazer de conviver; presenciamos a valorosa contribuição que deram à ETE e a nossa cidade. Desejo muito sucesso à Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, convicto de que continuará responsável pela formação de novas e brilhantes gerações. Muito obrigado. Deputado Federal Bilac Pinto."

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Casa, representando, neste ato solene, o Presidente Alberto Pinto Coelho, e, com muita alegria e satisfação, as seguintes autoridades presentes: o Vereador Hudson Carvalho, representando o Sr. Paulo Cândido da Silva, Prefeito de Santa Rita do Sapucaí; o Vereador Magno Magalhães Pinto, Presidente da Câmara Municipal da cidade. Aproveito a

oportunidade para saudar também os Vereadores João Paulo Sampaio e Vagner Fernandes; o Prof. Adonias Costa da Silveira, Presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - Finatel -; o Prof. José Policarpo, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -; e a Sra. Isabela Freitas Moreira Pinto, representando neste ato o caríssimo amigo e Deputado Federal Bilac Pinto. Nossa saudação derradeira, ao caríssimo amigo Pe. Guy Jorge Ruffier, Diretor-Geral da ETE FMC. Cumprimento também o Prof. Ialdo, o Pe. Ramon, todos os alunos e os funcionários desta secular e conceituada instituição, orgulho dos mineiros e de todos os brasileiros.

Prezados amigos e telespectadores da TV Assembleia, com muita alegria e honra realizamos nesta noite, no Plenário maior da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, esta reunião que se destina a homenagear a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa pelo seu cinquentenário. Como Deputado e representante da região sul-mineira, sinto-me honrado de ter sido o autor do requerimento, com o apoio de todos os Deputados desta Casa, para esta merecida homenagem que hoje prestamos a nossa ETE, cuja referência em ensino técnico na área tecnológica extrapolou as fronteiras de Minas Gerais e do Brasil, alcançando países diversos. Santa Rita do Sapucaí, em nosso Sul de Minas, é o berço da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, primeira instituição de ensino especializado de eletrônica em nível médio da América Latina e primeira e única escola técnica dirigida por padres jesuítas.

Há 50 anos, em 1959, fundava-se a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa naquela pacata cidade de então, incrustada nas montanhas do Sul de Minas, em meio à contemplativa e bela paisagem. Sua idealizadora, a Sra. Luzia Rennó Moreira, conhecida como D. Sinhá Moreira, não podia imaginar a grande transformação por que, em tão pouco tempo, passaria Santa Rita do Sapucaí - de economia predominantemente agropecuária para um dos mais relevantes polos tecnológicos do País.

Sinhá Moreira nasceu em 1907. De família rica, pôde educar-se no Rio de Janeiro, então Capital federal. Casou-se com um diplomata e desfrutou de uma oportunidade rara à época: viajar por todo o mundo. Morou no Japão e vivenciou o rápido desenvolvimento da indústria eletrônica, devido à exploração de aparelhos de rádio no Japão pós-guerra. De volta ao Brasil, em 1958 Sinhá Moreira, mulher corajosa e de vanguarda, levou à frente o seu ideal de plantar ali, em sua terra natal, a semente da tecnologia que havia conhecido em terras distantes. Criou-se, então, a Escola Técnica de Eletrônica, à qual deu o nome de seu pai, Francisco Moreira da Costa.

Quando a ETE iniciou as suas atividades, em março de 1959, a benemérita Sinhá Moreira comemorou o sucesso dos seus esforços entregando a direção e todo o empreendimento educacional aos padres jesuítas. Gostaria de reverenciar aqui a orientação jesuíta, que promoveu o crescimento e a consolidação da ETE. Os jesuítas são membros da Companhia de Jesus, a maior ordem religiosa católica, fundada em 1534, sob a liderança de Inácio de Loyola. A Companhia é conhecida mundialmente por seu trabalho missionário e, principalmente, educacional, com o que tem forte ligação, mantendo numerosos estabelecimentos de ensino, incluindo-se os de ensino superior. A ETE faz parte da rede mundial de educação jesuíta, por isso é, primordialmente, uma obra de objetivo cristão, fundamentada no amor a Deus, que pressupõe o amor ao próximo e a expressão da justiça para todos os seres humanos. A meta jesuíta é formar profissionais humanitários, responsáveis e cientes de seu dever cristão de promover ativamente os destinos de uma sociedade mais fraterna e produtiva. Esse princípio, aliado ao padrão de excelência, que caracteriza a educação jesuíta, mantém-se preservado na ETE ao longo desses 50 anos, que hoje festivamente comemoramos no Plenário maior da Assembleia Legislativa. Assim, os membros da Companhia de Jesus abraçaram com amor essa caminhada educativa, tendo sempre como objetivo a excelência acadêmica e humana. O legado de Sinhá Moreira estava com o seu destino entregue a uma conduta segura e muito sólida.

E o falecimento prematuro da benemérita em 9/3/63 não interrompeu a sua grandiosa missão: seu projeto expandiu-se e foi incorporado pelas administrações públicas, passando a contar com a força de vários nomes expressivos no panorama econômico e político de Minas e do Brasil.

Havia florescido, definitivamente, a semente do Vale da Eletrônica, que transformou a pequena cidade produtora de café e leite em local de excelência no desenvolvimento de soluções de tecnologia da informática e da eletrônica. A seu exemplo, logo depois foi criado o Instituto Nacional de Telecomunicações - Inatel - e, alguns anos mais tarde, a Faculdade de Administração e Informática - FAI. Essa três escolas formam a mão de obra do Vale e completam a estrutura educacional do Município, atraindo estudantes de todo o Brasil e do exterior. O pioneirismo da ETE na formação de mão de obra especializada fez com que Santa Rita tomasse novos rumos na área tecnológica. Ali se criou ambiente propício para que os alunos formados permanecessem, com suas ideias e projetos, e implantassem indústrias, que passaram a dar o tom do desenvolvimento à cidade. Tudo isso possibilitou que seus jovens ali mesmo se empregassem e desenvolvessem suas carreiras profissionais.

A ETE está construída em área de 131.000m² e oferece cursos diurnos e noturnos em suas modernas e várias instalações, destinadas ao uso da comunidade educativa. Seu especializado corpo docente é constituído por 55 experientes professores. A escola conta, atualmente, com 14 laboratórios, totalmente equipados, com tecnologia de última geração em diversas áreas, como idiomas, desenho, radiofrequência, eletrotécnica e comunicação de dados. Dispõe ainda de auditório para mil lugares, anfiteatro e infraestrutura completa para prática esportiva. Dentro do princípio jesuíta de gratuidade do ensino, oferece bolsas de estudo para 47% das vagas disponíveis.

Graças ao pioneirismo da ETE, Santa Rita é, sem dúvida alguma, um dos Municípios que mais tem realizado inovação no Brasil. Ali estão instaladas cerca de 130 empresas de pequeno e médio portes, que faturaram, em 2008, aproximadamente R\$1.000.000.000,00. Essas empresas, vanguarda no ramo da eletrônica e das telecomunicações, associaram-se e formaram importante Arranjo Produtivo Local - APL - de eletroeletrônicos, cuja lei é de minha autoria. Nesse modelo de negócios, cada uma das várias empresas de uma região se especializa, a fim de produzir os componentes necessários para o atendimento de toda a cadeia de produção. Essa maior especialização maximiza a eficiência de cada célula produtiva empresarial e potencializa a qualidade final. A semente lançada há 50 anos, com a criação da nossa Escola Técnica de Eletrônica - ETE -, faz com que Santa Rita represente expressiva parcela de contribuição no saldo positivo de crescimento da indústria eletrônica nacional. Nosso Vale da Eletrônica hoje é motivo de muito orgulho, por ser referência empresarial, nos mercados nacional e internacional, nas áreas de educação, informática e gráfico-editorial, resultado desse conjunto de esforços mantidos há 50 anos. E a ETE pode ser valorada pelo sucesso profissional de seus ex-alunos, hoje comerciantes, industriários, industriais ou agentes públicos atuantes no governo estadual e na administração federal.

Por todas essas razões, caríssimos amigos e amigas, festejamos, nessa solenidade, esse jubileu, reverenciando, mais uma vez, a lembrança de Sinhá Moreira, que, a partir de um sonho e com muita determinação, levou adiante o seu ideal, materializando essa obra, que nos enche de singular orgulho. Não poderia deixar de enaltecer a efetiva participação do dileto amigo, filho da terra, Deputado Federal Bilac Pinto, pertencente à família de Sinhá Moreira, pelo muito que tem feito por essa gloriosa instituição. Sem dúvida alguma, graças ao seu idealismo como homem público, como ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, teve o nosso grande Deputado Bilac Pinto as ações maiores voltadas a essa nossa instituição, que hoje completa 50 anos de efetivo e ininterrupto trabalho prestado à comunidade do Brasil.

Quero, neste momento, prestar homenagem ao caríssimo Deputado Bilac Pinto, que ontem me ligou do exterior e manifestou a sua tristeza por não estar aqui, mas que se fez representar por sua querida irmã, Dra. Isabela Freitas Moreira Pinto, na certeza de que ele, espiritualmente e também pelas palavras dela, celebra conosco, com todos vocês, este momento singular para todos nós. Esse é o nosso papel.

Quero destacar, caríssimo Pe. Guy, a nossa enorme satisfação em recepcioná-lo no Plenário maior da nossa Assembleia Legislativa para dizer o quanto é importante para Minas essa instituição comandada por V. Exa. e por todos aqueles que têm promovido essa educação de excepcional qualidade, que reverenciamos e consideramos a pedra angular, a pedra basilar dos ensinamentos da tecnologia para Minas e para o mundo.

Fico feliz. Quero olhar nos olhos de vocês, caríssimos alunos que hoje estão aqui, e, com muita alegria e muita honra para nós, dizer que estão frequentando a melhor escola técnica do Brasil e, por que não dizer, hoje já considerada, pelo seu corpo docente, uma das melhores do mundo.

Graças ao ensino jesuíta, ao exemplo de Sinhá Moreira, temos um modelo de gestão dentro da própria educação, na tecnologia. Fico muito feliz e quero destacar todos aqueles que puderam participar desse grande momento. Lembramos aqui o Pe. Raul Laranjeira e também o Pe. José Carlos Vaz de Lima, que há pouco tempo nos deixou, para demonstrar o quanto somos gratos a esse trabalho incansável que tantos fizeram por nossa querida ETE. Fico muito feliz de ser o autor desta homenagem, desta honraria, em nome dos 77 Deputados. Depositamos em todos, em nome do povo mineiro, os nossos agradecimentos a essa cinquentenária instituição, orgulho de todos, que hoje festivamente comemoramos. Parabéns à nossa querida ETE. Que Deus os abençoe! Que Santa Rita brilhe por intermédio do exemplo de tantos daqueles que puderam testemunhar a inteligência, o esforço, o sacrifício e ver seus filhos fazerem um curso de especialização. Com certeza o povo mineiro é muito agradecido a essa instituição. Obrigado, Padre Guy. V. Exa. é um homem iluminado, um homem que, com certeza, pelo seu conhecimento, pela sua dedicação, tem feito dessa escola um modelo de gestão, um modelo da tecnologia, por tantos e tantos anos. E, brevemente, estaremos comemorando - como fizemos aqui, no Plenário, com a presença de V. Exa. - o centenário de Sinhá Moreira e, quem sabe, o centenário da nossa querida ETE. Parabéns a todos.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará entrega ao Padre Guy Jorge Ruffier, Diretor-Geral da ETE FMC, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Santa Rita do Sapucaí viu nascer, em 1959, a instituição que a transformaria em um importante polo tecnológico nacional. A Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, fundada por Luiza Rennó Moreira, foi pioneira no ensino de nível médio especializado em sua área de atuação, na América Latina. Esse bem-sucedido empreendimento, pautado na busca constante da excelência, é exemplo a ser seguido por todos os que promovem a educação tecnológica, não só em Minas Gerais, mas no Brasil. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais se congratula com a ETE FMC por seu cinquentenário".

O Sr. Presidente - A Presidência, com muita alegria, convida também o Deputado, representante de Minas Gerais - principalmente do Sul de Minas e, mais ainda, de Santa Rita do Sapucaí -, o amigo Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que suscitou esta justa homenagem à Escola Técnica de Santa Rita do Sapucaí e que não poderia faltar a esta homenagem que a Assembleia faz agora, para participar da entrega de placa alusiva a esta homenagem.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Solicito que a Isabela também participe da entrega da placa.

O Sr. Presidente - Representando o nosso fraterno amigo Bilac Pinto, que tanto defendeu Santa Rita do Sapucaí e o Sul de Minas nesta Casa, e que agora o faz com muito brilhantismo na Câmara Federal, convidamos a Isabela para, juntos, participarmos desta homenagem a Santa Rita do Sapucaí e ao Sul de Minas.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Pe. Guy Jorge Ruffier

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Doutor Viana, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Vereador Hudson Carvalho, representando o Prefeito de Santa Rita do Sapucaí, Paulo Cândido da Silva; Exmo. Sr. Vereador Magno Magalhães Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí; Sra. Isabela Freitas Moreira Pinto, representando o Deputado Federal Bilac Pinto; Exmo. Sr. Adonias Costa da Silveira, Presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - Finatel -; Exmo. Sr. José Policarpo, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -; Exmo. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; o Evangelho narra que dois amigos de Jesus disseram para um companheiro, ainda desconhecido, chamado Natanael: "Aquele de quem os profetas falaram, aquele que Moisés previu, aquele famoso messias, nós o encontramos, chama-se Jesus de Nazaré". Sabe o que responderam? "De Nazaré, pode sair algo?" De Santa Rita, saiu. De Nazaré, saiu o messias, Jesus, filho de Deus. De Santa Rita, saiu essa explosão de evolução técnica, que ultrapassou as fronteiras, animou quantidade infinita de pequenas firmas, de grandes firmas e de grandes instituições internacionais. De Santa Rita, saiu isso.

E quem plantou? Sinhá Moreira, com este sonho explosivo; mulher que antecipou completamente sua história local, que dedicou tudo o que tinha e entregou a nós, jesuítas, esta obra que, confesso a vocês, após 40 anos dirigindo escolas diversas, todas as escolas do Brasil, praticamente, na região de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, é a melhor escola para trabalhar. É escola que tem objetivos claros, na qual o aluno entra querendo vencer, e não só para agradar ao papai e à mamãe. É escola realmente ideal, que corresponde ao ideal de escola que Santo Inácio sempre pensou, escola de iniciativa, de perspectiva, além do que podemos fazer de incentivo à visão cristã do homem. Não formamos apenas técnicos, formamos técnicos que fazem da técnica instrumento para humanizar esta sociedade. Isso, para nós, além de ser orgulho, é responsabilidade.

D. Sinhá deve estar feliz vendo este Plenário feito de alunos, representantes de turmas; feito de ex-alunos que não puderam vir, embora quisessem vir; de nossos professores, alguns presentes, e de alguns funcionários. Enfim, aqui está representado o dia a dia dessa escola, que pretende ser cada vez melhor e mais fiel ao projeto que lhe deu origem. Em nome de toda a Companhia de Jesus, que já tem 500 anos de existência, agradeço ao Legislativo de Minas Gerais esta homenagem, que recebemos humildemente.

Contamos com vocês porque, sem o apoio legislativo, ficamos, realmente, muito desamparados. Então muito obrigado a todos.

Agradeçamos a Deus, principalmente, e também a iniciativa e a iluminação de Sinhá Moreira, e a todo esse batalhão de professores que deu origem a esse edifício de escolas que temos agora. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Sr. Presidente

Revmo. Pe. Guy Jorge Ruffier, Diretor-Geral da Escola Técnica de Eletrônica, na pessoa de quem cumprimento o Pe. Ramon - os dois são representantes desta instituição secular dos jesuítas - e cumprimento também os demais componentes da diretoria dessa bela escola; público presente e demais convidados que não puderam vir; Vereador Hudson Carvalho, aqui representando o Exmo. Sr. Prefeito de Santa Rita do Sapucaí, Paulo Cândido da Silva, que já me confessou ser ex-aluno da ETE - contar que é aluno da ETE, Pe. Guy, é motivo de orgulho, e V. Revma. deve estar muito vaidoso de estar no meio dos 4 mil ex-alunos da ETE, entre os quais muitos estão ocupando cargos de destaque; ilustre Presidente da Câmara de Santa Rita, Vereador Magno Magalhães Pinto; Vereadores Vagner e João Paulo, que representam o Legislativo

Municipal - é extremamente importante a participação de V. Exas. na vida da cidade -; Sra. Isabela Freitas Moreira Pinto, que é irmã do meu amigo Deputado Bilac Pinto, e toda a sua família - ela está aqui representando a mulher de Santa Rita, a mulher mineira, e sua presença engrandece muito a reunião -; Presidente da Finatel, Adonias Costa da Silveira; Diretor Científico da Fapemig, José Policarpo; meu amigo Dalmo Ribeiro Silva, que teve a iluminada iniciativa de fazer esta justa homenagem - ele apresentou o requerimento, que foi aprovado com o voto de todos os Deputados desta Assembleia -; representantes de turmas presentes - vocês são os responsáveis pela existência da escola; sem vocês, sem os professores e sem os funcionários, ela não estaria funcionando -; funcionários da Casa e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, é com muita alegria que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais promove esta reunião especial, comemorativa do cinquentenário da Escola Técnica de Eletrônica. Quando a coisa é boa, até a aumentamos. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva falou que a comemoração era pelo centenário. Ele aumenta porque puxa muito para Santa Rita, tanto que até dobrou a idade da escola. Isso se deve ao carinho especial que tem por ela, Pe. Guy.

A Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa é um orgulho não só para Santa Rita do Sapucaí, mas para toda Minas Gerais, por tudo o que significou e significa. Significou quando foi criada e continua significando nos tempos atuais, para o Município e sua região de influência.

Quando uma instituição completa 50 anos com plena credibilidade e reconhecimento por parte da comunidade em que está inserida, consolidada na medida em que seus propósitos se concretizam e ainda buscando aprimorar-se constantemente, de acordo com as demandas e tendências de seu campo de atuação, isso indica que ela foi edificada em bases muito consistentes.

A Escola Técnica Francisco Moreira da Costa teve, em sua constituição, dois fatores que se completaram e que foram fundamentais para o seu sucesso: de um lado, o idealismo, a visão de futuro e o espírito empreendedor de Luzia Rennó Moreira ou simplesmente D. Sinhá, que também foi homenageada nesta Casa, no ano passado, igualmente por iniciativa do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de outro lado, a experiência, o comprometimento social e o ensino de qualidade que marcam o trabalho dos jesuítas.

Sonhadora, apaixonada por sua terra e sua gente, Sinhá Moreira sempre se dedicou a trabalhos sociais e a projetos de ajuda aos mais necessitados, preocupando-se particularmente com a educação e a formação profissional dos jovens. Pensava também em caminhos para promover o desenvolvimento da sua então pequena Santa Rita do Sapucaí.

Um dia vislumbrou a possibilidade de reunir as várias faces de sua prática de cidadania em um projeto pioneiro e, ao mesmo tempo, ambicioso: o de construir uma escola técnica que abriria oportunidades de educação e de emprego principalmente para a juventude, que contribuiria para o progresso da cidade e que seria inovadora na área tecnológica. Com a determinação que a caracterizava e a influência política herdada do pai, o líder político Francisco Moreira da Costa, e do tio, o Presidente da República Delfim Moreira, ela foi atrás do sonho. Em março de 1959, estava criada a primeira escola de nível médio da América Latina voltada para o ensino da eletrônica.

Ousada e moderna para a época, a escola estruturou-se e expandiu-se, criou mecanismos de integração com as empresas, estimulou a pesquisa e o desenvolvimento de projetos tecnológicos, abriu campo para o surgimento de outras instituições de ensino nessa área e contribuiu para a formação do Vale da Eletrônica, que transformou a pequena cidade do Sul de Minas numa das principais referências do País em tecnologia.

Ao criar a Escola Técnica de Eletrônica de Santa Rita do Sapucaí, D. Sinhá Moreira tinha a consciência de que o processo educacional deve centrar-se não apenas na transmissão de conhecimentos, mas também na de atitudes e valores, para que os alunos sejam preparados para se integrar à sociedade como cidadãos e portadores de habilitação profissional, a fim de ingressarem no mercado de trabalho.

Teve então a sabedoria de entregar a administração da escola aos Padres jesuítas. Como sabemos, essa ordem religiosa tem seu nome estreitamente ligado à educação no País, mantendo-se à frente de um grande número de estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, espalhados pelo território brasileiro.

Essa vinculação remonta aos primórdios de nossa história. Poucos anos depois de fundada a Companhia de Jesus, chegavam os seguidores de Sto. Inácio de Loyola ao Brasil - precisamente em 1549 -, trazidos pelo primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, com a missão de catequizar os índios. Seu trabalho foi muito além do objetivo religioso. Percorriam as aldeias socorrendo os enfermos e desenvolvendo autêntico trabalho social, paralelamente à preocupação pedagógica, que, aos poucos, deu origem à formação de rede de educandários abrangendo todas as Capitanias, por meio da qual disseminaram sua ação civilizatória.

Nossos primeiros mestres e poetas identificaram-se tanto com a população indígena que por ela foram obrigados a deixar o País. Como se sabe, foram expulsos pelo Marquês de Pombal por resistirem à tentativa de se transformarem os índios em mão de obra escrava. Felizmente, voltaram mais tarde para dar prosseguimento a sua grande contribuição ao processo educacional brasileiro. E, felizmente, ainda estavam em Santa Rita do Sapucaí, em 1959, para dar o suporte humanístico e pedagógico ao projeto idealizado por D. Sinhá Moreira.

Ao congratularmo-nos com o Pe. Guy Jorge Ruffier, Diretor-Geral da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, estendemos o cumprimento aos demais dirigentes da instituição, a seus funcionários, professores, alunos e ex-alunos, enfim, a todos aqueles que fizeram e continuam fazendo parte dessa bela história. A Assembleia parabeniza, de forma justa, por meio desta homenagem, a vocês, heróis do Vale da Eletrônica. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 27, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 24/10/2009.). Levanta-se a reunião.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 19.257, em 30/9/2009

Às 16h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Humberto Carneiro, Jayro Lessa (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do DEM) e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Humberto Carneiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19257 (relator: Deputado Luiz Humberto Carneiro). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2009.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente - Lafayette de Andrada - Jayro Lessa.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/10/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.841/2009, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a incidência de juros de mora nos débitos oriundos da conversão de vencimentos, proventos e complementações de pensões em Unidade Real de Valor - URV - de que trata a Resolução nº 5.216, de 12/8/2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22/6/2007. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 568/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à pesquisa, à preparação e à utilização de produtos fitoterápicos. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo, que dispõe sobre a proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos fechados e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 6 a 10, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 6 a 10, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.439/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.787, de 27/10/2005, nº 17.006, de 25/9/2007, e transforma cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.521/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE -, com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES -, até o limite que indica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a legislação que disciplina o uso, a exploração e a comercialização de águas minerais, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, o potencial e as políticas de estímulo à utilização das energias eólica e solar em Minas Gerais e no Brasil.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 29ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 3.840/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.960/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.793/2009, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.803/2009, do Deputado Ademir Lucas; 4.823/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 4.835/2009, da Comissão de Participação Popular; e 4.862/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.528/2009, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.400/2009, do Deputado Délio Malheiros, e 3.589/2009, do Deputado Walter Tosta.

Requerimentos nºs 4.517/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.589/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.599 e 4.600/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.627/2009, do Deputado Doutor Viana; 4.628/2009, do Deputado Walter Tosta; 4.555/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.640/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.669/2009, do Deputado Ruy Muniz; 4.675 e 4.676/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 4.744 e 4.745/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.787/2009, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.788/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.792/2009, do Deputado Braulio Braz; 4.796/2009, da Comissão de Participação Popular; 4.808/2009, do Deputado Djalma Diniz, e 4.810 e 4.827/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.602/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.643/2009, do Deputado Juarez Távora; 3.744/2009, do Deputado José Henrique; 3.760/2009, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.762/2009, do Deputado Doutor Rinaldo; 3.763/2009, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 3.769/2009, do Deputado Rômulo Veneroso; e 3.771/2009, do Deputado Ronaldo Magalhães.

Requerimentos nºs 4.833, 4.836, 4.837, 4.840, 4.841, 4.842, 4.843, 4.845, 4.846, 4.849, 4.850, 4.853, 4.854 e 4.856/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.724 e 3.735/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.804/2009, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 28/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.826/2009, do Deputado Duarte Bechir; e 4.851 e 4.852/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 28/10/2009, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 3.841/2009, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a incidência de juros de mora nos débitos oriundos da conversão de vencimentos, proventos e complementações de pensões em Unidade Real de Valor de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12/8/2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22/6/2007; do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 568/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Pesquisa, à Preparação e à Utilização de Produtos Fitoterápicos; 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública; 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o adicional de desempenho no âmbito do Poder Judiciário do Estado; 3.035/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo, que dispõe sobre a proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos fechados e dá outras providências; 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.439/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.787, de 27/10/2005, e nº 17.006, de 25/9/2007, e transforma cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia do Poder Executivo; 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004; 3.521/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica; 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009; 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007; e 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais, com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social até o limite que indica e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de outubro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Delvito Alves, Gilberto Abramo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa,

membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/10/2009, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único da Mensagem nº 420/2009, do Governador do Estado; de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 3.405/2009, do Deputado Domingos Sávio, 3.630/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.653/2009, da Deputada Rosângela Reis, 3.708/2009, do Deputado Sargento Rodrigues, 3.803/2009, do Deputado Délio Malheiros, 3.857/2009, do Governador do Estado; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.982/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.437, 2.470, 2.471, 2.472, 2.476, 2.477/2008 e 2.981/2009, do Deputado Arlen Santiago, 3.354/2009, do Deputado Doutor Viana, 3.758/2009, do Deputado Walter Tosta, 3.806/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 3.818/2009, do Deputado Ivair Nogueira, 3.820/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 3.822 e 3.824/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.827/2009, do Deputado Carlos Gomes, 3.828/2009, do Deputado Eros Biondini, 3.829/2009, do Deputado Inácio Franco, 3.832/2009, do Deputado João Leite, 3.835 e 3.836/2009, do Deputado Juarez Távora, 3.838/2009, do Deputado Wander Borges, 3.842/2009, do Deputado Célio Moreira, 3.843/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.844/2009, do Deputado Deiró Marra, 3.846 e 3.847/2009, do Deputado Dimas Fabiano, 3.848/2009, do Deputado João Leite, 3.849/2009, do Deputado Sargento Rodrigues, 3.859/2009, do Deputado Domingos Sávio, 3.861/2009, do Deputado Ruy Muniz, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/10/2009, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, com convidados, o massacre de Ipatinga e promover o lançamento do livro "Não foi por acaso", do jornalista Marcelo Freitas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.804/2009

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da Deputada Gláucia Brandão, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Academia Nevense de Letras, Ciências e Artes, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.804/2009 pretende declarar de utilidade pública a Academia Nevense de Letras, Ciências e Artes, com sede no Município de Ribeirão das Neves, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural e humanístico.

A Academia tem como finalidade promover e difundir conhecimento cultural, científico e artístico, especialmente as ciências humanas e a literatura; apoiar ações educativas para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município; apoiar a edição de livros, jornais, informativos e revistas; e promover exposições, feiras de artes, salões de livros, cursos e concursos, sempre nas áreas cultural, artística e científica. Com esses propósitos, a entidade mantém o Centro Cultural Professor Aduino Junqueira Rebouças para a Liberdade e a Paz.

Considerando o importante trabalho desenvolvido pela Academia Nevense de Letras, Ciências e Artes, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.804/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 2.597/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria deste órgão colegiado, o projeto de resolução em epígrafe tem por objetivo aprovar, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, coube à Comissão de Constituição e Justiça apreciar preliminarmente o projeto, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento à tramitação da proposição, cumpre-nos agora emitir parecer sobre a matéria, atendo-nos aos lindes estabelecidos no art. 188, combinado com o art. 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 2.597/2008 aprova a alienação de seis glebas de terras devolutas rurais, situadas nos Municípios de Montezuma, Indaiabira, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, todas com área entre 100 e 250 hectares.

Atendendo ao que dispõe a legislação vigente, especialmente o § 6º do art. 247 da Constituição do Estado, as alienações de tais imóveis, cujos processos foram instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter - MG -, dar-se-ão mediante compra preferencial, em que o legítimo possessor tem prioridade para adquirir o bem, de acordo com o preço de mercado.

Cabe ressaltar que, em reunião realizada no Iter - MG, em 6/11/2008, ficou acertada a retirada de tramitação do processo do requerente Amílcar José de Araújo, uma vez que ele pretende legitimar outras duas glebas, o que totalizará área maior do que 250ha, que é o limite estabelecido pelo § 6º do art. 247 da Constituição do Estado.

Em observância ao § 7º, inciso V, do art. 247 da Constituição do Estado, que veda alienação para parente, até o terceiro grau, de beneficiário de terra pública rural em área contígua à deste, também serão retirados os processos dos requerentes Marla de Almeida Pinheiro, Thaísa de Almeida Pinheiro e Thales de Almeida Pinheiro, que, de acordo com a documentação apresentada, são irmãos que pretendem adquirir cada um 195ha da Fazenda Curral Novo - Covão.

Para proceder a essas alterações, apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 1, que aprova a alienação de duas glebas de terras devolutas, nos Municípios de Vargem Grande do Rio Pardo e Rio Pardo de Minas, cujos requerentes mantêm posse pacífica do imóvel há mais de 20 anos. Tendo tornado o imóvel economicamente produtivo, uma vez que utilizam mais de 50% da área aproveitável para as atividades de agricultura e pecuária, têm vínculos pessoais com a terra onde residem.

Assim sendo, a legitimação de terra devoluta que se pretende aprovar por meio do projeto de resolução em análise reflete a política rural adotada pelo Estado, que tem o propósito de fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo, no intuito de efetivar o desenvolvimento rural.

Em virtude dos esclarecimentos apresentados e das alterações propostas, constituem justa medida as concessões de domínios em tela a quem participou de forma ativa e produtiva da ocupação do território mineiro.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.597/2008, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº , de de de 2009)

Nº	REQUERENTE	DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	ÁREA(ha)
1	Francisco de Oliveira	Fazenda Atoleiro	Vargem Grande do Rio Pardo	141,5773
2	Joaquim de Sá	Fazenda Jambreiro	Rio Pardo de Minas	130,8496

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Domingos Sávio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 2.619/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria deste órgão colegiado, o projeto de resolução em epígrafe tem por objetivo aprovar, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, coube à Comissão de Constituição e Justiça apreciar preliminarmente o projeto, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento, cumpre-nos agora emitir parecer sobre o assunto, atendo-nos aos lindes estabelecidos no art. 188, combinado com o art. 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 2.619/2008 aprova a alienação de duas glebas de terras devolutas rurais, situadas no Município de Rio Pardo de Minas, ambas com área entre 100 e 250ha.

Atendendo ao que dispõe a legislação vigente, especialmente o § 6º do art. 247 da Constituição do Estado, as alienações de tais imóveis, cujos processos foram instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – Iter-MG –, dar-se-ão mediante compra preferencial, em que o legítimo possessor tem prioridade para adquirir o bem, de acordo com o preço de mercado.

Cabe ressaltar que, de acordo com a documentação enviada a esta Casa, ficou comprovado que os requerentes mantêm a posse pacífica do imóvel há mais de 15 anos, tendo tornado a terra economicamente produtiva, uma vez que utilizam mais de 50% da área aproveitável para as atividades de agricultura e pecuária, e que têm vínculos pessoais com o local, pois residem no Município de Rio Pardo de Minas.

A legitimação de terra devoluta que se pretende aprovar com o projeto de resolução em análise reflete esforço do Estado para fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo, no intuito de efetivar o desenvolvimento rural.

Em virtude desses esclarecimentos, constitui justa e meritória medida as concessões de domínio em tela a quem de fato participou de forma produtiva na ocupação do território mineiro.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.619/2008, no 1º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Domingos Sávio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 2.910/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria desta Comissão, o projeto de resolução em tela tem por objetivo aprovar, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, coube à Comissão de Constituição e Justiça apreciar preliminarmente o projeto, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento à tramitação, cumpre a este órgão colegiado emitir parecer sobre o assunto, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 188, combinado com o art. 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 2.910/2008 trata de conceder aprovação prévia para a alienação de oito glebas de terras devolutas rurais, situadas nos Municípios de Montezuma e Rio Pardo de Minas, todas com área entre 100ha e 250ha.

Em atendimento ao que dispõe o § 6º do art. 247 da Constituição do Estado, as alienações de tais imóveis, cujos processos foram instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter-MG -, dar-se-ão mediante compra preferencial, em que o legítimo possessor tem prioridade para adquirir o bem, pelo preço previamente fixado por esse órgão, conforme determina o art. 12 da Lei nº 11.020, de 1993.

De acordo com os documentos enviados a esta Casa, os requerentes mantêm a posse pacífica dos imóveis há mais de cinco anos; tornaram a terra economicamente produtiva, uma vez que utilizam mais de 30% da área aproveitável para a agricultura, ou de 40% para as atividades de agricultura e pecuária; além de terem vínculos pessoais com o local, pois residem no Município onde se localiza a gleba ou na vizinhança.

A legitimação de terras devolutas que se pretende aprovar com o projeto de resolução em análise reflete a preocupação dos dirigentes estaduais de fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo, no intuito de efetivar o desenvolvimento rural.

Diante desses esclarecimentos, constituem justa medida as concessões de domínios em tela a quem de fato participou ativamente e de forma produtiva na ocupação do território mineiro.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.910/2008, no 1º turno.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente e relator - Antônio Carlos Arantes - Domingos Sávio.

Parecer SOBRE A MENSAGEM Nº 272/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da competência que lhe confere o inciso V do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no inciso XXXIV do art. 62 dessa Carta, enviou a esta Assembleia Legislativa, por intermédio da mensagem em epígrafe, 11 processos administrativos de legitimação de posse de terra devoluta rural do Estado.

A mensagem foi publicada no "Diário do Legislativo" de 4/9/2008 e distribuída a esta Comissão, nos termos dos arts. 188 e 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Em observância às regras emanadas da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, compete ao presente órgão colegiado, nesta fase preliminar dos trabalhos, examiná-la quanto aos pressupostos legais.

Fundamentação

Por intermédio da Mensagem nº 272/2008, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa 11 processos de legitimação de lotes de terras devolutas rurais, situados nos Municípios de Rio Pardo de Minas, Montezuma e Vargem Grande do Rio Pardo, todos com área entre 100ha e 250ha, devidamente instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter -, autarquia vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária.

O inciso XXXIV do art. 62 da Constituição do Estado atribui à Assembleia Legislativa a competência privativa de aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de terra pública, ressalvados os casos de legitimação de terras devolutas situadas no perímetro urbano ou na zona de expansão urbana, com área limitada a 500m² e 2.000m², respectivamente; de alienação ou concessão de terra pública prevista no plano de reforma agrária estadual aprovado em lei; de concessão gratuita do domínio de área devoluta rural inferior a 50 hectares a quem cumpra os requisitos constitucionais; de ação judicial discriminatória, limitada a área de 250 hectares, cumprida sua função social, nos termos do art. 186 da Constituição Federal, com devolução, pelo ocupante, da área remanescente; e de alienação ou concessão de terras públicas e devolutas rurais com área de até 100ha.

Cabe observar, ainda, que o § 6º do art. 247 permite a alienação de terra devoluta rural, por compra preferencial, até a área de 250 hectares, a quem torná-la economicamente produtiva e comprovar sua vinculação pessoal com ela.

O art. 18 da Lei nº 11.020, de 1993, que dispõe sobre terras públicas e devolutas estaduais, para tornar o lote economicamente produtivo, o possessor deve utilizar, no mínimo, 30% de sua área aproveitável para agricultura, 50% para pecuária, ou 40% nas duas atividades. A vinculação pessoal à terra é definida pelo art. 19 da referida Lei nº 11.020 como a residência em localidade que permita ao ocupante ou a seus familiares assistência permanente à área e a sua efetiva utilização econômica.

De acordo com a documentação enviada pelo Iter, todos os requerentes utilizam suas terras de forma produtiva e residem na própria gleba ou em locais próximos. Cumpridos os requisitos legais, fazem jus à preferência para sua aquisição.

Importante esclarecer que a tramitação dos processos de que trata a proposição em análise observará a aplicação da Lei nº 11.020, de 1993, que dispõe sobre terras públicas e devolutas estaduais.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela apresentação do seguinte projeto de resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2008

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº , de de de 2009)

Nº	REQUERENTE	DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	ÁREA(ha)
----	------------	-------------	-----------	----------

1	Luiz Carlos Pinho	Fazenda Cantão	Rio Pardo de Minas	129,0618
2	Paulo Otone Rodrigues Pena	Fazenda Cantão	Rio Pardo de Minas	179,8808
3	José Rodrigues Dias	Fazenda Bonfim	Rio Pardo de Minas	176,0656
4	Oswaldo Cardoso Neto	Fazenda Estiva Caída	Rio Pardo de Minas	162,1224
5	Espólio de Eleutério Alves Martins	Fazenda Vereda do Riachão	Rio Pardo de Minas	178,7313
6	Humberto Cândido de Souza	Fazenda Atoleiro	Rio Pardo de Minas	110,4544
7	Tiago Ramos de Lima	Fazenda Coqueiro	Rio Pardo de Minas	172,2021
8	João Andrade Ferreira	Fazenda Mato de João Gonçalves	Rio Pardo de Minas	137,7164
9	Joarez de Almeida Correa	Fazenda Veredinha	Rio Pardo de Minas	118,6362
10	Irvany Pereira Costa	Fazenda Estiva	Montezuma	195,5027
11	Ronaldo Trindade e outros	Fazenda Carpina	Vargem Grande do Rio Pardo	117,7921

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Domingos Sávio, relator - Antônio Carlos Arantes.

Parecer SOBRE A MENSAGEM Nº 295/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da competência que lhe confere o inciso V do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no inciso XXXIV do art. 62 dessa Carta, enviou a esta Assembléia Legislativa, por intermédio da mensagem em epígrafe, um processo administrativo de legitimação de posse de terra devoluta rural do Estado.

A mensagem foi publicada no "Diário do Legislativo" de 30/10/2008 e distribuída a esta Comissão, nos termos dos arts. 188 e 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Em observância às regras emanadas da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, compete a este órgão colegiado, nesta fase preliminar dos trabalhos, examiná-la quanto aos pressupostos legais.

Fundamentação

Por intermédio da Mensagem nº 295/2008, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa um processo de legitimação de terra devoluta rural, situada no Município de Rio Pardo de Minas, com área de 135,1112ha, devidamente instruído pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter -, autarquia vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária.

O inciso XXXIV do art. 62 da Constituição do Estado atribui à Assembléia Legislativa a competência privativa de aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de terra pública, ressalvados os casos de legitimação de terras devolutas situadas no perímetro urbano ou na zona de expansão urbana, com área limitada a 500m² e 2.000m², respectivamente; de alienação ou concessão de terra pública prevista no plano de reforma agrária estadual aprovado em lei; de concessão gratuita do domínio de área devoluta rural inferior a 50 hectares a quem cumpra os requisitos constitucionais; de ação judicial discriminatória, limitada a área de 250 hectares, cumprida sua função social, nos termos do art. 186 da Constituição Federal, com devolução, pelo ocupante, da área remanescente; e de alienação ou concessão de terras públicas e devolutas rurais com área de até 100ha.

Cabe observar, ainda, que o § 6º do art. 247 permite a alienação de terra devoluta rural, por compra preferencial, até a área de 250 hectares, a quem torná-la economicamente produtiva e comprovar sua vinculação pessoal com ela.

O art. 18 da Lei nº 11.020, de 1993, que dispõe sobre terras públicas e devolutas estaduais, para tornar o lote economicamente produtivo, o possessor deve utilizar, no mínimo, 30% de sua área aproveitável para agricultura, 50% para pecuária, ou 40% nas duas atividades. A vinculação pessoal à terra é definida pelo art. 19 da referida Lei nº 11.020 como a residência em localidade que permita ao ocupante ou a seus familiares assistência permanente à área e a sua efetiva utilização econômica.

De acordo com a documentação enviada pelo Iter, o requerente, Cipriano Alves Pereira, utiliza 40% da área aproveitável da gleba pretendida para agricultura e pecuária e reside no Município de Rio Pardo de Minas. Atende, portanto, aos requisitos legais para ter preferência em sua aquisição.

Importante esclarecer que a tramitação do processo de que trata a proposição em análise observará a aplicação da Lei nº 11.020, de 1993, que dispõe sobre terras públicas e devolutas estaduais.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela apresentação do seguinte projeto de resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2008

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica aprovada, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terra devoluta em nome de Cipriano Alves Pereira, situada no local denominado Fazenda Vereda de Santa Bárbara, no Município de Rio Pardo de Minas, com a área de 135,1112ha.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Domingos Sávio, relator - Antônio Carlos Arantes.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/10/2009

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o meu pronunciamento de hoje é, na verdade, para destacar que finalmente foi assinado o protocolo de intenções, no último dia 15, referente à reivindicação que beneficia a agricultura familiar. Quanto a essa matéria, tivemos de usar o mecanismo da obstrução, que é legítimo, está previsto no Regimento Interno e nos permite resolver essa questão.

No Estado de Minas Gerais, enxergávamos uma grande injustiça em relação ao ICMS dos produtos da agricultura familiar. Os agricultores familiares realizaram uma conquista, bem como o Bloco PT-PCdoB e esta Casa, considerando-se a compreensão da Base do Governo acerca das razões da obstrução que fizemos. Essa discussão vinha acontecendo há dois anos. Por várias vezes, concedemos o regime especial a vários segmentos, ou seja, uma diferença da alíquota para vários produtos. Agora, nesse caso, cabe a cada associação dos agricultores familiares, à cooperativa, cadastrar-se; procurar, no Município, a Receita Municipal, inscrever-se e iniciar os procedimentos para que possa, desde já, usufruir da redução prevista nesse decreto. Em vez de 18%, 12% e 7%, tudo agora será 3%.

É importante entender, telespectadores, colegas Deputados, que hoje cada associação pode vender para o governo federal por intermédio da Conab. Há parceria da Conab com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em que há recursos. Esses recursos são manejados por meio da Conab, depois que os técnicos dessa Companhia avaliam cada projeto de associação, ou seja, avaliam o que a associação quer vender, os mais diversos tipos de verduras, legumes, frutas, assim como produtos derivados do leite, de origem animal, em geral. Em se tratando de origem animal, é indispensável que haja serviço de inspeção, em nível municipal, para garantir a segurança alimentar. E a Conab aprova o projeto até mesmo antes de os agricultores entregarem o produto às entidades.

Quais são as entidades beneficiadas? Asilos, creches, Apaes, escolas. Elas passam a receber o produto semanalmente, ali. Então, essa doação simultânea, que chamamos PAA, não se trata de compra para a Conab formar estoque. Existe ainda a compra para formação de estoque, mas estou falando da ação simultânea, embora a formação de estoque também vá usufruir da redução da alíquota do ICMS. Agora, o que esperamos é agilidade por parte da Fazenda, seja em nível municipal, seja em nível estadual, para que esses mesmos agricultores que estão contemplados, cujo projeto já está em execução, ao emitirem a nota a cada mês ou semanalmente, no caso de algumas entidades, desfrutem dessa redução. Trata-se de muita luta por parte de quem está no campo. Na verdade, muitas são as lutas.

É importante, Sr. Presidente, destacar uma situação, que considero grave e que vem acontecendo em Minas, da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária, sobretudo do Iter. Por quê? O que está acontecendo? Estão semeando inverdades e ainda colocando a responsabilidade na Assembleia. Pior, porque vêm imputar à minha pessoa a responsabilidade de estar negando a regularização fundiária, negando o repasse das terras devolutas para aquelas famílias que estão reivindicando glebas acima de 100ha. O próprio Secretário disse em Rio Pardo e voltou a repetir com o Prefeito de Rio Pardo, na minha frente, dizendo que ele já mandou centenas de projetos para a Assembleia Legislativa e que estamos amarrando, que estamos impedindo o Iter de conceder as terras a essas famílias que reivindicam acima de 100ha. Por quê? Para todos entenderem, o repasse das terras devolutas até 100ha, pela Constituição, o Iter tem autonomia para fazê-lo sem a autorização da Assembleia Legislativa. De 100 a 250 hectares, depende da autorização da Assembleia Legislativa, somente com autorização da Assembleia Legislativa.

Então, quero dizer aos Srs. Prefeitos da região e ao próprio Secretário Manoel Costa que ele está cometendo uma injustiça. Está mentindo quando diz que já mandou centenas de projetos para apreciação da Assembleia. O que temos, na verdade, são 49 glebas, que representam menos de 10 projetos. E, dessas 49 glebas, 18 estão com problemas. Eu mesmo, de fato, impedi a tramitação de um desses projetos, pois é proibido repassar terras devolutas a Deputado, Prefeito, Vereador, Juiz, Promotor. Nesse caso, o Promotor reivindicava uma fazenda que

chegava a mais de 700ha no total. Requisitava parte para ele, parte para seu filho, de maneira que ficaria tudo para a mesma família; um absurdo. O Secretário cometeu, então, uma grande injustiça nessa última sexta-feira, em Rio Pardo, e voltou a repeti-la em São João do Paraíso, dizendo que há centenas de projetos aqui.

É importante conceder aparte ao Deputado Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. O levantamento que fiz revela os pedidos que estão tramitando na Casa: são menos de 50 glebas, menos de 10 projetos, sendo que 18 delas estão com problemas. V. Exa. é testemunha de uma solicitação por um Promotor aposentado, o que é proibido pela Constituição. Concedo aparte a V. Exa.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Querido Deputado Padre João, quando ouvi o anúncio do seu nome, desci correndo exatamente para prestar alguns esclarecimentos.

O Secretário Manoel Costa me telefonou dizendo que havia 65 projetos parados aqui nesta Casa e que estávamos até mesmo impedindo as pessoas, principalmente de Rio Pardo de Minas, de receber a titulação de suas terras. V. Exa. esteve na comissão em nossas lutas para aprovarmos os projetos e assim dar o título de posse às pessoas de direito. Lembro que há cerca de 10 pessoas envolvidas em cada um desses projetos que aqui chegaram. Então, não são 65 projetos. Aliás, nobre Deputado, existe aqui um projeto que data de 20/10/2005, das Fazendas Montezuma e Olhos d'Água, em Rio Pardo de Minas, que chegou à Casa em outra legislatura, por isso não chegou a minhas mãos, e não tenho ciência dele. Os outros, como V. Exa. mesmo disse, são titulações em que encontramos alguns problemas. Incluo não apenas esse que V. Exa. mencionou do Promotor, mas aqueles em que encontramos algum vício, algum problema...

O Deputado Padre João* - Acima de 250h.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Exatamente, pois há autonomia de passar por esta Casa glebas de 100ha a 250ha. Tudo o que passou pela nossa comissão está em andamento. O que foi pedido não parou, apenas foi remetido ao Iter para serem tomadas providências. Isso significa que o problema não está na Casa, remetemos ao Iter para que solucione essas pendências.

Estamos esperando apenas um sinal do Iter, da própria Secretaria para que possamos fazer a devida continuação. Até agora não chegou nenhum projeto. Aliás o último projeto, que ainda não passou pela Comissão, é o do dia 8/10/2009. Esse projeto chegou à Casa, mas não à nossa Comissão, para avaliação. Está na assessoria técnica para avaliação e parecer, e nem foi designado o relator. Isso significa que estamos aguardando resposta do Iter, significa que não estamos emperrando nenhum projeto. Apenas estamos aguardando o aval do Iter.

O Deputado Padre João* - Agradeço o aparte de V. Exa. É importante dizer que, nesse período de 30/10/2008 até agora, outubro de 2009, não chegou nenhuma mensagem do Governador. Nesse período, o Iter não remeteu nenhuma mensagem a se tornar projeto de resolução.

Concedo aparte ao Deputado Ruy Muniz, neste último minuto, solicitando que seja breve em sua intervenção.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte) - Assim como V. Exa., também estive em São João do Paraíso, onde nos encontramos com o ex-Deputado e hoje Secretário Extraordinário para Assuntos Fundiários, Manoel Costa, quando testemunhamos a entrega de centenas de títulos. Eu mesmo entreguei títulos a vários produtores e produtoras.

Podemos atestar que, pelo trabalho do Iter e do Secretário Manoel Costa, foram entregues milhares de títulos de regularização fundiária em Minas Gerais. Cobrarei dele, relativamente a essa legislação sobre a qual V. Exa. falou. Todavia, publicamente, queremos aplaudir o trabalho do Secretário Manoel Costa, que é brilhante.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade de fazer este esclarecimento.

O Deputado Padre João* - Agradeço seu aparte. Digo, todavia, que está havendo concessão de títulos para propriedades de até 100ha. Caberia uma investigação, porque mesmo os que vieram para a Assembleia trazem irregularidades. Será que esses títulos para propriedades de até 100ha estão corretos? Essa é uma preocupação que tenho como Deputado, porque vieram absurdos a esta Casa. Os que estão parados, assim se encontram porque têm problemas. Não estão chegando projetos, ou seja, o Iter não está fazendo os encaminhamentos. Temos 49 títulos, dos quais 18 apresentam problemas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, estamos aqui hoje estarecidos com a situação que está imperando nesta Casa, assim como no Norte de Minas. Vimos agora um jornaleco feito pelo Deputado Paulo Guedes, por meio do qual tenta, com muita dificuldade, mostrar ao povo do Norte de Minas que ele está trabalhando.

Temos até uma frase que considero bastante interessante. Um dia estávamos em uma audiência com o Prof. Anastasia, com os Deputados Carlos Pimenta, Ruy Muniz, Ana Maria Resende e Gil Pereira, quando o Deputado Paulo Guedes - porque temos trabalhado formando uma bancada do Norte de Minas - reclamou com Anastasia: "Anastasia, eu tive 6 mil votos em Manga e o Arlen pouco mais de 300 votos, mas todo dia Arlen leva alguma coisa para Manga". O nosso simpático Vice-Governador, brincando com o Deputado Paulo Guedes, disse: "O Deputado Arlen é terrível".

Não é isso. O que acontece é que, no Norte de Minas, em todas as cidades, temos uma quantidade enorme de obras que o governo Aécio e Anastasia tem feito. Mas é muita obra, mesmo. Quem vai hoje a São João do Paraíso sabe que o povo está encantado com o asfalto que foi feito, com o asfalto que está sendo feito para Ninheira, com a ponte que está sendo feita em cima do Rio Pardo, atravessando para Ninheira, com o asfalto para Berizal, para Montezuma e para Vargem Grande do Rio Pardo, que terminou agora. Queremos esperar o nosso Governador, o nosso Vice-Governador, o Secretário Fuad ou o Secretário Danilo para irmos lá inaugurar uma quantidade enorme de obras, como, por exemplo, obras para levar água, através da Sedru, em muitos Municípios, inclusive no Município de Manga. Há obras da Emater que colocam água em inúmeras localidades.

Vemos que, quando não há trabalho que se possa contrapor ao que foi feito, temos de mudar a versão. O que acontece com o Norte de Minas hoje? A região está tentando se desenvolver. Dependendo do Governador Aécio Neves, na região o investimento tem sido muito maior do que nas outras regiões de Minas Gerais.

Aí, o Deputado Paulo Guedes faz um jornalzinho. Acho isso até interessante, porque ele poderia colocar aqui as realizações que são feitas pelo Deputado Paulo Guedes. Onde é que ele tem feito as obras e levado o bem-estar para o povo do Norte de Minas? Mas o jornal foi feito simplesmente para xingar o governo: para falar que o Jaíba é um elefante branco, que Bombeiro está multando pelo IEF e falar mal da bancada do Norte, que foi feita para apresentar reivindicações e os pontos de convergência saírem junto.

No entanto, a mentira vai sendo falada, falada e falada, e acaba fazendo com que as pessoas acreditem nela. O que sabemos hoje é que temos uma lei federal que estabelece que mata atlântica é semelhante a mata seca. Só que, enquanto eu fico trabalhando para levar asfalto, melhorar escola e fazer quadra, o Deputado Paulo Guedes, que não tem o que fazer, porque tem de ficar xingando o governo, porque ele não tem as obras para poder levar, fica o tempo todo falando coisas que não são verdadeiras e que acabam parecendo que se tornarão verdadeiras.

Esse jornal é feito apenas para falar mal. Para mostrar o Norte de Minas como se fosse o cúmulo da miséria. Não. Lá há um povo bom e trabalhador. Lá não há o povo que o Paulo Guedes quer que haja, não. Temos dificuldades. Temos muitas. Aliás, eu, o Deputado Gil Pereira, a Deputada Ana Maria Resende e o Secretário Zé Carlos estivemos com o Ministro Minc, aquele Ministro maravilhoso que busca legalizar a maconha e dificultar o funcionamento das hidrelétricas no Brasil. Num país que tem as usinas hidrelétricas que o Brasil tem, 85% da matriz de energia elétrica é constituída de energia limpa, produzida por meio de um processo envolvendo água.

Nos Estados Unidos e na China, a energia elétrica é proveniente do carvão. E, aqui, o Ministério do Meio Ambiente dificulta a continuação da produção dessas energias limpas.

Fala-se a respeito de mata seca e de mata atlântica o tempo todo. Tenho em mãos um jornalzinho, no qual não consta a menor realização. Aqui não se fala no asfalto que foi feito de Itacarambi a São João das Missões nem na liberação de uma quadra para o local. Nada disso consta nesse jornalzinho, cujo objetivo é apenas falar mal dos outros. Falar mal dos outros é fácil; é para quem não tem o que mostrar de bom. Falar mal do Governador Aécio Neves e do Anastasia, que pegaram este Estado com "deficit" de quase R\$3.000.000.000,00 e conseguiram desenvolver um programa como o Processo, não tem o menor cabimento.

Você, que está em Fruta de Leite, Novo Horizonte e Juvenília, vê que o Governador está fazendo mais de 220 estradas. Só seis estradas não estão sendo feitas, porque o governo federal não quis repassá-las a Minas Gerais.

Há uma lei do governo federal que classifica a mata seca como mata atlântica. Tenho certeza de que o Deputado Paulo Guedes irá falar sobre isso umas 150 mil vezes, aqui ou aonde ele for. Isso porque se trata de uma lei federal. Um órgão federal chamado IBGE fez o mapa, de acordo com o qual, do Norte de Minas até o Piauí, o desmatamento ficou em zero. Temos que achar um caminho para isso. O governo federal não pode fazer essa maldade com Minas Gerais. É lógico que nós e o Governador Aécio Neves respeitamos a lei. Então, se existe a lei, ela tem de ser cumprida.

Procuramos o Ministro Minc e pedimos-lhe que analisasse as ponderações do governo de Minas, a fim de que pudéssemos fazer um trabalho que contasse com a aceitação do Ministério do Meio Ambiente, com o intuito de mudarmos essa lei. A lei com que eu e os Deputados Carlos Pimenta, Ruy Muniz, Ana Maria Resende e Gil Pereira trabalhamos dá direito ao Norte de Minas de ter 30% de seu território preservado, mais as áreas de proteção permanente, e de trabalhar nos outros 70%. Entretanto essa lei ficou acanhada, porque não pode confrontar-se com uma lei federal, e o Ministro Minc não receberá os Deputados Federais e Estaduais nem os produtores rurais.

Esse jornal de pouquíssimas páginas - 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 16 - foi feito por alguns jornalistas com o intuito de gastar dinheiro e falar mal do governo, criticá-lo, dizendo que o Norte de Minas nada tem.

Não é isso o que enxergamos. Em vez de gastar essa energia, Deputado Paulo Guedes, com ações dessa natureza, por favor, gaste-a para marcar uma audiência, em qualquer dia que V. Exa. quiser, com o Ministro Minc, para que ele nos escute e diga-nos que dá a autorização para que, em Minas Gerais, a lei estadual seja cumprida. V. Exa. só precisa fazer isso. Chega de ficar falando dessa questão e tratando mal um Governador que sempre o trata tão bem! Aliás, o Deputado Paulo Guedes não perde uma oportunidade. Aonde Anastasia vai, aonde Aécio vai, lá está ele. Aonde vai o governo de Minas, vai o Deputado Paulo Guedes. Ai, sim, ele vê realização, obra e trabalho.

A mata seca foi igualada pelo governo federal à mata atlântica. Esse é um problema, e quem poderá resolvê-lo? O governo federal. O Governador de Minas ligou para o Minc, a fim de que ele recebesse a bancada. Ele a recebeu, mas nada quer fazer a respeito disso. E não quer receber-nos.

Então, Deputado Carlos Pimenta, convença o Deputado Paulo Guedes - que tem prestígio e tempo para fazer um jornal de 16 páginas só para falar mal do Norte de Minas - a fazer também um jornal que fale das realizações. Se quiser falar das realizações do governo de Minas, do trabalho que a bancada do Norte tem feito, ele poderá fazê-lo, porque há muitas. Portanto, Deputado Carlos Pimenta, eu lhe peço que convença o Deputado Paulo Guedes, que tem prestígio, que é Deputado do PT, a convencer o Minc. Com certeza, no PT, há muitos companheiros, e ele receberá os produtores rurais do Norte de Minas para dizer: podem cumprir a lei estadual. Mas falar, não; é preciso escrever.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Acho que todo parlamentar tem o direito de fazer a prestação de contas do seu trabalho. Tomei um susto quando vi o jornal do Deputado Paulo Guedes, porque esperava que as ações do Deputado continuassem naquela linha que é própria da Oposição, a qual respeito. Mas, em determinada página, o Deputado publica as assinaturas das pessoas para criação da CPI e também as fotografias dos Deputados do Norte de Minas que não o fizeram, como se somente nós não tivéssemos assinado a abertura da CPI.

Não somos a favor de alguns fatos que acontecem na região do Norte de Minas. Já foram amplamente discutidos pela bancada com o Governador do Estado os estudos encomendados pelo Aécio Neves às Universidades Federais de Lavras e de Viçosa, a fim de provar que a mata seca não é mata atlântica e de desfazer essa proibição de se trabalhar no Norte de Minas, a qual foi feita pelo governo federal, por meio do IBGE.

Mas não acho justo, correto, ético que o Deputado Paulo Guedes publique, em seu jornal, as fotografias dos seus companheiros, dos companheiros do Norte de Minas que não assinaram o requerimento, porque entendo que esse pedido de CPI foi eminentemente político. Ele não resultaria em nada; fariam barulho em cima de um trabalho maravilhoso do nosso Governador Aécio Neves, que nunca teve sequer um indício de irregularidade no seu trabalho de sete anos como Governador do Estado. E agora, no final do seu governo, querem abrir uma CPI, que entendemos não ser devida, que não tinha de acontecer. Todas as questões levantadas foram analisadas, e as providências foram tomadas. É uma opção do parlamentar. Mas, quanto a publicar no jornal as fotografias dos seus companheiros, isso é, antes de tudo, imoral e antiético, Deputado.

O Deputado Arlen Santiago* - É um ato de desespero de quem não tem o que mostrar.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deixo o meu repúdio. Encaminharemos à Mesa uma representação contra o Deputado Paulo Guedes, por quebra de decoro parlamentar ao fazer isso com seus companheiros.

O Deputado Arlen Santiago* - Aqui mesmo, tenho visto um jornal só para falar mal. É interessante, porque não tem do que falar bem. E a alegria do Deputado Paulo Guedes, na pág. 5 do jornal: "Minas perde usina da Vale". Foi para o Espírito Santo. Ele está alegre; logo ele, que

poderia pedir ao Lula para falar: "Agnelli, mude a usina para Minas Gerais". Mas não, ele fica satisfeito, porque o Norte de Minas tem sofrido. Marque, Deputado Paulo Guedes, com o Lula, marque com o Minc, e levaremos os produtores rurais. Quero até dizer que darei um jeito de, no dia em que for marcada essa audiência com o Minc - tenho certeza de que o Deputado Paulo Guedes a marcará -, alugar um ônibus para os produtores rurais irem até lá, a fim de enxergarem a posição do Minc, Ministro do Meio Ambiente, em relação à nossa mata seca. Mas acho que é a primeira vez que vejo um jornal só falando do que é mau, ruim; é a primeira vez que vejo um Deputado não colocar uma realização no jornal. Talvez com isso consiga atrair os pouquíssimos votos daqueles que ainda não simpatizam com o Governador Aécio Neves e que representam menos de 10% da população do Norte de Minas. Da mesma maneira como menos de 10% simpatizam com o Lula. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, estou tranquilo e, de certa forma, feliz e satisfeito com a publicidade que o Deputado Arlen Santiago acaba de dar ao informativo do nosso mandato. Só achei estranho o quanto esse informativo incomodou ao Deputado, que, primeiro, em uma ação desrespeitosa, chamou o informativo de um colega de jornaleco. Esse informativo tem dono e tem autoria - alguém o escreveu. De qualquer forma, quero apenas lembrar que esse jornal que V. Exa. chamou de jornaleco é apenas a reprodução, na íntegra, de matérias publicadas pelo jornal "O Tempo" - foi apenas isso o que meu gabinete fez, citando a fonte de todas as matérias publicadas. Mas não achei coragem em V. Exa. para chamar o jornal "O Tempo" de jornaleco. V. Exa. não teve coragem para isso, mas chamou o jornal do meu gabinete de jornaleco.

Para refrescar a memória de V. Exa., que disse que o informativo do nosso gabinete só traz notícia ruim e fala mal, lembro que a função do parlamentar é esclarecer o que se passa no Estado. Sabemos que há uma mordaga em alguns órgãos da imprensa e sabemos como o Governador Aécio Neves trata a imprensa em Minas Gerais. Nem a ditadura militar conseguiu fazer o que ele fez: calar todo o mundo. Estamos felizes, sim, porque, pela primeira vez nos últimos sete anos, esse bloqueio foi quebrado pelo jornal "O Tempo", cuja coragem quero parabenizar. Parabenizo Vittorio Medioli, Luiz Tito e toda a equipe de jornalistas do "O Tempo", que tocou em um assunto muito importante. Acho que o Deputado Arlen Santiago, apesar de ser o mais votado no Norte de Minas, não deve estar rodando por essa região; deve estar em outras regiões do Estado, como o Triângulo Mineiro. Porque não se pode fechar os olhos, Deputado, para o que está acontecendo no Norte de Minas. Tenho certeza de que a população norte-mineira não vai perdô-lo por este momento, um momento de sofrimento, angústia e perda. O que o IEF está fazendo, Deputado, com o seu apoio, é o confisco de propriedades alheias em nossa região. O que o IEF está fazendo no Norte de Minas é confisco, ao aplicar uma legislação severa, com multas abusivas.

Não há mentiras nesse jornal. O que está nele foi publicado pelo jornal "O Tempo" e reproduzido por nós. Ora, ninguém nesta Casa contestou as matérias do "O Tempo", e o que está no meu jornal é, na íntegra, o que "O Tempo" publicou. E fala-se nele em muitas abusivas, como as que se aplicaram no Jaíba, onde apenas um produtor, o Aleci Moreira - que comprou 34ha por R\$80.000,00, para fazer um empreendimento, e foi enganado pelo governo, porque comprou a terra e pagou caro por ela -, foi multado em R\$1.700.000,00. É isso o que V. Exa. defende?

O Deputado Arlen Santiago* - A lei da mata seca é federal ou estadual?

O Deputado Paulo Guedes* - A palavra está comigo, Deputado. Apesar de V. Exa. não me ter concedido o aparte que pedi, não sou tão mal-educado quanto V. Exa. e daqui a pouco faço questão de lhe conceder aparte. Antes, quero lhe lembrar, Deputado, o que está acontecendo em nosso Estado, especialmente no Norte, que é a sua base, onde o senhor foi votado. Não adianta fechar os olhos ou tapar o sol com a peneira. O senhor sabe o que está acontecendo lá. O que o IEF está fazendo no Norte de Minas, no Jaíba, nos assentamentos de reforma agrária, em todos os empreendimentos da nossa região significa, para ela, a quebradeira geral, a perda de 200 mil empregos. É isso o que V. Exa. quer para o Norte de Minas? É esse o presente que o Aécio e o Anastasia estão dando ao Norte de Minas?

Vamos colocar as coisas da maneira certa. Não vejo nenhum problema em dizer e reafirmar as minhas ações. O Deputado Carlos Pimenta disse que fará representação por falta de decoro parlamentar da minha parte, por ter reproduzido matérias de um jornal de circulação estadual. Deputado Carlos Pimenta, estou aguardando essa representação e irei respondê-la com muita honra, porque estou defendendo o meu povo, a minha gente, as pessoas que votaram em você, no Deputado Arlen Santiago e em tantos outros. Não terei medo de responder a nenhuma acusação.

Digo mais: o Deputado Arlen Santiago fala aqui como se fosse o próprio governo, o homem que libera tudo, que tem a caneta. Pelo que sei, cada Deputado tem R\$1.500.000,00 em emendas. É o que temos, a não ser que o senhor tenha mais. Vou até procurar saber. Acho que o senhor tem mais, deve ter um "por fora", deve agradar alguns Secretários. Não sei que métodos V. Exa. usa para poder falar que nunca liberei nada para a minha cidade, que só V. Exa. libera as coisas para Manga. V. Exa. é governo, tem a proteção do Governador. Isso é normal, e queremos que V. Exa. faça. Manga precisa de verbas. Bateremos palmas para o senhor pelo que puder mandar para lá. Receberemos de braços abertos, porque o senhor tem acesso livre às secretarias de Estado e ao Governador. Portanto, V. Exa. tem mesmo é que ajudar a nossa região. Receberemos tudo o que o senhor mandar para Manga, São Francisco, Brasília de Minas, Janaúba. Poderia até pedir ao Governador para retomar a obra que paralisaram em Janaúba. Passaram as eleições, o candidato do PT venceu, e pararam a principal obra da cidade por picuinha política. Esperamos que esse tipo de coisa não aconteça mais, pois o governo do Presidente Lula trata a todos com igualdade, a começar por Minas Gerais, que nunca recebeu tantos recursos federais como agora.

Minas Gerais foi tratada a pão e água pelo governo Fernando Henrique Cardoso, na época de Itamar Franco. Hoje, os dois governos, o de Minas e o federal, estão-se entendendo muito bem porque o Presidente Lula trata o Governador Aécio Neves com o respeito de que Minas Gerais precisa. Há imensas obras federais acontecendo em Minas Gerais, e só temos a agradecer. Queremos que o Presidente Lula, cada vez mais, invista recursos federais em nosso Estado. As eleições passaram, e, num país democrático, temos que saber respeitar a decisão do povo. Os governos eleitos têm que governar para todos, não para alguns, para uma minoria. Não com discriminação, como está acontecendo na paralisação da obra de canalização em Janaúba. Não queremos isso, queremos um governo que trate todos os Prefeitos com igualdade.

Espero que o Governador Aécio Neves não caia na lenga-lenga dos pedidos que lhe fizeram. Tenho certeza de que o Governador não queria parar aquela obra. Gostaria que arrumassem uma forma de parar de perseguir, porque sei que há dedo de alguém nessa história. Por que não pode haver obra onde há governo do PT? O governo de Minas é do PSDB, e o Lula trata o Aécio da melhor forma possível. Cabe ao governo executar as obras.

Gostaria de lembrar que o senhor se esqueceu de dizer que quem está levando obra para Manga não é V. Exa. Se houver obra lá, será do governo do Estado e, se for do governo do Estado, será de todos nós, porque o governo é de todos. Ainda bem que existe o Parlamento e o contraditório, e sempre existiram a Situação e a Oposição. Deputado, se V. Exa. não sabe, o papel da Oposição é também fiscalizar, cobrar, mostrar o que está errado.

O que estou fazendo aqui é dever do meu mandato. Portanto, gostaria de dizer a V. Exa., Deputado Arlen Santiago, que não precisa ficar preocupado quando me vir numa cerimônia pública com o Governador e com o Vice-Governador de Minas Gerais. Pelo que sei, ainda não estamos em um processo de ditadura militar. No entanto, se o Governador Aécio Neves e o Vice-Governador Anastasia me pedirem por escrito ou publicamente que eu não vá mais às inaugurações e aos anúncios de programas do Estado, certamente atenderei ao pedido deles, apesar de ter a certeza de que o Governador não cometerá essa descortesia, porque o Presidente Lula faz questão de convidá-lo para todos os anúncios de obras importantes do governo federal. É assim que se trata o processo democrático, e é assim que convivemos bem, dentro de um

processo democrático. Mas V. Exa. foi deselegante comigo, com a publicação do meu gabinete e, acima de tudo, com o seu povo, os produtores rurais e os agricultores familiares do Norte de Minas Gerais.

O Deputado Arlen Santiago* - E a audiência com o Ministro Carlos Minc, Deputado?

O Deputado Paulo Guedes* - A audiência com o Ministro Carlos Minc...

O Deputado Arlen Santiago* - Vamos marcar uma audiência para levarmos os produtores e vermos onde está a verdade?

O Deputado Paulo Guedes* - V. Exa. está invadindo o meu tempo, não chegou a sua vez de falar. Vou dar-lhe aparte, não serei tão descortês como V. Exa. foi comigo ao negar-me aparte. Daqui a pouco, eu lhe darei o aparte que V. Exa. me pediu. Afinal, gosto do embate democrático e do contraditório, ao contrário de V. Exa., que não dá direito às pessoas de falarem. Quando lhe der aparte, V. Exa. terá a oportunidade de falar e, então, poderemos discutir. O lugar de discutir é aqui; não podemos correr. Não faço como V. Exa., que escolhe um dia em que não estou nesta Casa para falar mal de mim. Gosto de falar frente a frente.

Com muita honra, concedo aparte ao Deputado Arlen Santiago. Espero que V. Exa. esclareça como defende o IEF e o que eles estão fazendo no Norte de Minas: multando e expulsando os agricultores da nossa região.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - O Deputado Paulo Guedes falou em tapar os olhos com a peneira - fala que é muito parecida com um ditado popular. Porém continuo falando que a história de Hitler foi a seguinte: sobre o que acreditamos ser a verdade, vamos falar tantas vezes que o povo vai acabar acreditando também, como muitos alemães, italianos e outras pessoas acabaram acreditando.

Tenho de ver que, quanto a falar ao povo do Norte de Minas, que sabe que trabalho e que não tenho tempo de ficar falando mal dos outros, como o Deputado Paulo Guedes faz ao vir à tribuna para falar mal dos Deputados... Por exemplo, ele chamou a Polícia Militar de covarde, como também o Cel. Hely, um homem que tem abaixado todos os índices de criminalidade no Estado. Atualmente temos a melhor Polícia Militar do Brasil, por isso tive de subir à tribuna para defender a Polícia Militar de Minas Gerais e o Cel. Hely.

Se a cidade de Manga está tendo obra, isso é porque lá existe um bom Prefeito, como também temos um bom Governador e um bom Presidente. Além disso o governo está fazendo outras obras importantes para a região. No entanto, Deputado Paulo Guedes, é preciso separar a verdade do que é falação de quem tem tempo de ficar na tribuna, uma vez que não tem de montar projetos, buscar as reformas que as escolas estaduais tanto precisam, levar as Diretoras até o órgão onde poderão conferir se o seu projeto está bom, e ir até o Deop para ver se as obras estão bem-encaminhadas. O que queremos dizer ao povo de Minas Gerais é o seguinte...

O Deputado Paulo Guedes* - Como vocês acabaram de ver, o aparte não foi tão proveitoso, já que o Deputado Arlen Santiago não explicou por que ele defende o IEF para aplicar multas abusivas aos produtores da nossa região. Ele voltou com o mesmo lenga-lenga de que um Deputado tem de ser obreiro e tem de estar na Secretaria de Obras, bajulando o Secretário, e não estar aqui, no Parlamento, para discutir os problemas maiores do nosso Estado.

Sinto-me muito satisfeito com a minha atuação aqui, pois estou fazendo o meu papel: defender o que é certo e criticar o que é errado, ou seja, fazer o que tem de ser feito. Portanto não retiro, Deputado Arlen Santiago, nenhuma palavra. Estou assinando e respaldando tudo o que foi publicado no jornal "O Tempo", que é a pura verdade sobre o que está acontecendo com o Norte de Minas Gerais. É importante que esse debate aconteça aqui mesmo, a fim de que o Governador Aécio Neves tome as providências necessárias. Vocês ficam bajulando o Governador e não têm coragem de levar a ele os problemas que estão ocorrendo no Norte de Minas. Temos o papel de fazer acontecer e de provar o que está ocorrendo aqui. Se o senhor realmente gosta do Norte de Minas, dos nossos produtores, assinie a nossa CPI, e vamos apurar isso. Quem não deve, não teme, Deputado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Além de parabenizar o governo do Estado por mais um de seus programas que vem beneficiando o Estado de Minas Gerais, venho à tribuna também, Sr. Presidente, pedir informações sobre os critérios utilizados na escolha dos Municípios abrangidos, até agora, pelo programa Travessia, cuja condução é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, administrada hoje pelo colega desta Casa, Deputado Agostinho Patrús Filho. Se não me engano, no final deste mês completará um ano que ele está à frente dessa Secretaria. O programa Travessia, Sr. Presidente, que envolve ações de diversas secretarias de Estado, como as Secretarias de Saúde, de Educação, de Transportes e Obras Públicas e a própria Sedese, entre outras, tem como objetivo "promover a inclusão social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social, por meio da articulação e integração do planejamento, execução e acompanhamento de políticas e do estímulo ao desenvolvimento dos mecanismos de participação, monitoramento e controle social sobre essas políticas em localidades definidas."

Na última semana, Deputado Doutor Ronaldo, se não me engano, na última quinta-feira, tivemos o lançamento da terceira etapa do programa, no Palácio da Liberdade, com a presença do Governador do Estado, do Vice-Governador, de inúmeros parlamentares, Prefeitos e Vereadores e do condutor desse programa, Deputado e Secretário Agostinho Patrús Filho. Muito satisfeito, porque o Estado, por meio desse programa, está recebendo investimentos em todas as áreas, em especial naquelas com maior vulnerabilidade social, fiz questão de pegar a listagem dos Municípios abrangidos nessa terceira etapa e fazer uma análise de cada um, principalmente daqueles que fazem parte da região que conheço muito e onde trabalho. Refiro-me à região Centro-Nordeste mineira, definida pelo programa como região Leste do Estado. Na verdade, pega um pedaço da região Leste, mas é mais um misto da região Central e Leste do Estado.

A maioria dos Municípios dessa região carece de investimentos para melhorar o IDH, a taxa de natalidade, o analfabetismo, a segurança, a qualidade de vida da população, através de obras de infraestrutura. Todos, sem nenhuma exceção, Deputado Arlen, merecem ser incluídos no Programa Travessia. Mas, para nossa surpresa, Deputado, o Secretário escolheu alguns Municípios e pulou outros, vizinhos, que têm exatamente as mesmas características, a mesma realidade, vivem os mesmos problemas, as mesmas aflições.

É por isso que assomo hoje a esta tribuna com o coração apertado, mas ciente de que estou aqui cumprindo a minha obrigação, que é representar os Municípios onde sou votado e trabalhar e representar o Estado. O questionamento que faço e gostaria que o Secretário viesse a esta Casa responder ou encaminhasse pelo menos um ofício é: quais os critérios para que Municípios como Santa Maria do Suaçuí, Água Boa, José Raydan, Paulista, Senhora do Porto, Braúnas, Bugre e Goiabeira fossem contemplados pelo Programa? Quais os requisitos que não foram preenchidos por São Pedro do Suaçuí, vizinho limítrofe de Santa Maria do Suaçuí e José Raydan, incluídos no Programa? São João Evangelista é Município limítrofe de Paulista e de Cantagalo, também incluídos no programa. Guanhães faz divisa com Braúnas e Senhora do Porto, incluídos no programa. E Serra Azul de Minas? Quero saber por que esses quatro Municípios não foram contemplados, se vivem a mesma realidade dos que foram, são limítrofes, têm os mesmos problemas, carecem da mesma falta de investimento, merecem a mesma atenção. Quero entender isso e quero que o Secretário venha aqui o quanto antes, se possível, até porque merecemos o seu respeito, somos seus colegas Deputados. Quais os critérios utilizados para deixar de fora São Pedro do Suaçuí, São João Evangelista, Guanhães e Serra Azul de Minas, contemplando os seus Municípios limítrofes?

Durante os três anos do meu mandato - estamos há praticamente dois meses do final do terceiro ano desta legislatura -, procurei fazer meu trabalho de forma muito digna, Deputado Arlen. Tenho visitado Secretarias, feito reivindicações através de ofícios e requerimentos e pedido atenção para a região do Centro-Nordeste mineiro, que carece muito de investimentos. Desde o meu primeiro mandato, brigo, no bom sentido da palavra, com o governo do Estado para que esses Municípios sejam incluídos na Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, tendo em vista que vivem exatamente a mesma realidade, quando não pior. Hoje essas três regiões são catalisadoras de todos os recursos do governo do Estado.

Na semana passada, durante o lançamento do Programa Travessia, o próprio Governador disse, salvo engano, que 60% ou 70% dos recursos foram gastos no Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Mucuri, e que as outras regiões, também contempladas, deveriam ter um pouco mais de tranquilidade porque viviam uma realidade social diferente.

A grande maioria delas, sim; mas essa região do Centro-Nordeste, não. Vivem a mesma realidade, carecem dos mesmos recursos, dos mesmos investimentos. Por um lado, fico muito satisfeito que Santa Maria do Suaçuí, onde sou majoritário, esteja recebendo o programa, assim como Água Boa, José Raydan, Paulista, Senhora do Porto, Braúnas, Bugre, Goiabeira. Todas vivem os problemas da nossa região. Porém a injustiça cometida foi ter deixado de fora esses Municípios - citei apenas quatro, mas existem outros. São limítrofes dos que foram incluídos, vivem a mesma realidade, mas não foram contemplados.

Concederei aparte ao Deputado Fábio Avelar e, em seguida, pedirei à assessoria da Mesa que formule aqui, de plano, um requerimento pedindo informações à Sedese a respeito dos requisitos que devem ser preenchidos pelos Municípios.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Quero cumprimentar V. Exa., Deputado Gustavo Valadares, que traz essa preocupação no seu pronunciamento, a qual é de todos nós. Acredito que esta Casa mereça um esclarecimento, e não só por parte do Secretário dessa Pasta. É bom salientar que vêm ocorrendo algumas interferências, principalmente nas bases de alguns Deputados desta Casa, com a utilização de programas de governo. Falo isso porque, em algumas cidades onde atuo, tenho observado a presença de Deputados e Secretários oferecendo recursos. Não temos acesso a esses recursos, apenas nos é disponibilizada a verba referente às nossas emendas parlamentares.

Acredito que seria interessante se pudéssemos inaugurar uma nova maneira de relacionamento com os Secretários, para que viessem a esta Casa, que na realidade é deles também - eles estão como Secretários temporariamente -, a fim de fazer uma exposição sobre os programas que estão sendo feitos nas suas Pastas e sobre as liberações de recursos para as cidades, para que então possamos ter conhecimento da situação. É lamentável que, numa cidade onde temos atuação política, tenhamos conhecimento da liberação de recursos por intermédio das nossas Lideranças. Isso é ruim para um convívio entre nós, nesta Casa. E, aproveitando essa ideia, poderíamos fazer uma solicitação, por meio de requerimento, para que seja marcada uma apresentação por Secretaria e que sejam trazidos ao nosso conhecimento os trabalhos que estão sendo feitos.

Quero cumprimentá-lo, Deputado Gustavo Valadares, porque, por meio de denúncias como essa, teremos condições de dar maior transparência a essas atividades. Muito obrigado e parabéns pela sua exposição.

O Deputado Gustavo Valadares* - Eu que agradeço, Deputado Fábio Avelar. O seu aparte engrandece muito o meu pronunciamento. Quando subimos à tribuna e fazemos uma queixa como essa, fica parecendo que é uma questão pessoal. Em absoluto! Sou amigo do Secretário, tenho com ele um bom relacionamento e por ele tenho muito respeito, mas é preciso que esse respeito seja mútuo, é preciso que o trabalho dele seja feito de uma maneira que inclua a todos, os Deputados, a população mineira de regiões que carecem de investimentos para melhorar sua qualidade de vida.

Por isso estou solicitando, Sr. Presidente, à Secretaria-Geral da Mesa, por intermédio de seus funcionários que tão bem nos atendem durante as reuniões de Plenário desta Casa, que seja formulado um requerimento pedindo informações à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - sobre os requisitos utilizados pela Secretaria para a escolha das cidades, dentro da mesma região, beneficiadas pelo Programa Travessia. Esse é o requerimento que apresentarei.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Solicito ao nobre Deputado Gustavo Valadares que formalize o requerimento e que dê entrada a sua tramitação.

O Deputado Gustavo Valadares* - Já estou formalizando, de plano, e apenas redigirei, para, em seguida, protocolar na Mesa do Plenário.

Felizmente por um lado e infelizmente por outro. Felizmente porque comemoramos o fato de alguns Municípios da nossa região terem sido beneficiados; infelizmente porque outros, com as mesmas características, com os mesmos problemas, com as mesmas aflições, não o foram, sem que nenhuma justificativa fosse dada. Era apenas isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, com base no art. 164, queremos dizer que, quando o Deputado Paulo Guedes nos agride, entendemos a estratégia: é a de polarizar com quem teve a maior votação de todos os tempos no Norte de Minas. Ele se esquece, propositadamente, de que a lei que iguala mata seca e mata atlântica é uma lei federal. O mapa do IBGE foi feito por um órgão federal. Então, basta simplesmente marcar uma audiência em que as bancadas federal e estadual do Norte de Minas, os produtores e trabalhadores rurais poderão ficar frente a frente com o Ministério responsável pela lei que equipara mata seca a mata atlântica. A lei diz que é imune de corte, que não se pode cortar nada. Essa é a realidade.

O Deputado Paulo Guedes tem muito tempo. Vi, tempos atrás, um programa que passou na Globo chamado "Gente que faz". O Deputado Paulo Guedes está se vangloriando agora do "gente que não faz". Então, essa questão das obras é importante.

Entendo quando ele me agride ao dizer que o Governador Aécio Neves, que o Vice-Governador Anastasia têm amizade comigo, bem como o Secretário Marcus Pestana, que tem feito um trabalho extraordinário em Minas Gerais, aliás muitas vidas estão sendo salvas porque a urgência e a emergência estão sendo implantadas no Norte de Minas em primeiro lugar, ou, então, em relação à quantidade de estradas que o Secretário de Governo Danilo de Castro define juntamente com o Secretário de Obras Públicas, Fuad, com mais de mil pontes feitas em várias localidades, algumas das quais lá na nossa querida cidade de Manga. Tenho tido oportunidade de levar os pleitos para que o Secretário possa atendê-los.

Assim, neste momento em que há essa agressão, sei que é a estratégia de polarizar com alguém que o Norte de Minas escolheu, com uma votação muito boa. Então, se há aqueles que gostam, há os que, às vezes, não gostam, criando, assim, essa estratégia. Mas a estratégia boa seria poder marcar uma audiência com o Ministro Minc, que esclareceria aos produtores, aos Deputados Paulo Guedes e Arlen Santiago se, afinal de contas, pode ser dada ordem de corte para o Norte de Minas, onde há mata seca, com essa lei em vigor. É preciso lembrar que o Governador Aécio Neves é um cumpridor de leis, um "gentleman". Aliás, no episódio em que o José Dirceu caiu da Casa Civil por supostamente

chefiar uma situação bastante dramática do País naquela época, quem saiu em defesa do PT e do Presidente Lula foi esse elegante Governador Aécio Neves, que, a todo momento, não tem faltado ao governo federal, esse mesmo governo que se nega a entender isso.

O Ministro Minc falou comigo, com o Secretário José Carlos que mata seca não é igual a mata atlântica. Aí o IBGE e o governo federal fizeram a lei e o mapa dizendo que mata seca é o mesmo que mata atlântica, não podendo, portanto, cortar nada, condenando todas as propriedades do Norte de Minas a não valerem absolutamente mais nada. Não se pode produzir nessas propriedades. O que foi desmatado já foi desmatado, o que não foi, pela lei federal, não pode ser. Então, em vez de blá-blá-blá, como diz o Deputado Carlin Moura, de ficar batendo boca sobre quem é e quem não é, vamos marcar com o Minc. Será que esta Casa não tem força junto com a Bancada do PT, com o Deputado Paulo Guedes, para marcar com o Ministro do PT uma audiência?

Lembro-me até que estivemos com vários Prefeitos, em audiência, com o Sr. José Alencar, e ficamos sabendo que nem o projeto da estrada de Manga a Montalvânia estava pronto, e o projeto de Itacarambi, São João das Missões e Manga nem foi começado. Pedimos e foi agilizado. Os Prefeitos de Manga, de Montalvânia - todos estavam presentes para ver uma ideia que havia chegado no Norte de Minas e que iniciaria a estrada.

Então, não voltarei a esta tribuna, não vou ficar aqui batendo boca, porque vou ali trabalhar para o meu povo, o povo do Norte de Minas. E vou continuar insistindo: Ministro Minc, receba a bancada do Norte de Minas, a bancada federal, receba os produtores. É só receber, e aí vamos ver onde está a verdade e onde está a mentira.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Primeiramente, Sr. Presidente, estranha-me a forma como o Deputado Arlen Santiago fala, de que eu o agredir. Gostaria de saber onde está a agressão. Se tem alguém agredido aqui sou eu, com a forma como ele se dirigiu a mim, às publicações feitas pelo meu gabinete, às publicações feitas pelo jornal "O Tempo"; a forma como ele defende o que o IEF está fazendo no Norte de Minas. Infelizmente ele não está aqui para escutar, porque faz parte dele falar e sair. Às vezes é importante escutar. Fiquei aqui o tempo todo esperando ele falar.

Porém, só para lembrar ao Deputado Arlen Santiago, não existe nenhum órgão federal multando produtor no Norte de Minas. O Ibama não está lá multando ninguém, não está expulsando ninguém do Jaíba, não está aplicando multas abusivas no Norte de Minas; a Polícia Federal não está multando ninguém no Norte de Minas. Não há nenhum órgão do governo federal fazendo caixa, fazendo a indústria da multa na região. Lá estão, sim, os órgãos do Estado, o IEF, que lidera, junto à Polícia Militar, à Polícia Ambiental, ao Igam, à Feam - é tanto órgão que não sabemos mais a quem nos dirigir. São mais de oito órgãos ambientais em Minas Gerais.

Esta semana acompanhei vários casos de pessoas simples. Às vezes elas pedem uma licença, vão lá, dão entrada no pedido e eles mandam voltar. As pessoas têm de voltar à cidade, ficam no vai e volta, gastando dinheiro; ou seja, é uma burocracia para se conseguir uma licença. Às vezes a pessoa tem de ir cinco, seis, sete ou oito vezes e esperar dois ou três anos. É assim que esse IEF tem tratado os produtores na nossa região. É dessa forma que estamos sendo tratados. Estou aqui retratando um fato verdadeiro. Se alguém tiver dúvida, vá lá, visite o Jaíba, visite os assentamentos de reforma agrária, os sindicatos de produtores rurais do Norte de Minas; que falem com os produtores para saber como eles estão sendo tratados.

É por isso que vimos aqui à tribuna, com firmeza, fazer essa defesa. E mais: seria importante, já que o Deputado Arlen Santiago fala tanto, querendo desviar o assunto, que fosse a Brasília falar com o Ministro Minc, para ele assinar a CPI, junto à bancada do Norte. Iríamos abrir a CPI na Casa, convocar o Ministro Minc, o José Carlos Carvalho e colocá-los frente a frente. Sabemos que há o dedo do Secretário José Carlos Carvalho nessa questão de transformar mata seca em mata atlântica. Era um desejo dele quando foi Ministro no governo Fernando Henrique. Ele não aceitou que esta Casa votasse a lei da mata seca, determinando 30%, que já é mais do que a lei estadual prevê para as outras regiões. No Norte de Minas seriam 30%, enquanto no Triângulo são 20%. Em qualquer outra região do Estado a reserva legal é de 20%. No Norte de Minas já era de 30%, e agora não é mais nada.

Quero saber por que o IEF, por que o José Carlos Carvalho deixou desmatar o Triângulo Mineiro inteiro? Pode-se desmatar região rica, José Carlos Carvalho? Pode-se desmatar região produtora de álcool do Triângulo, José Carlos Carvalho? E V. Exa. autoriza o desmatamento do Triângulo e a compra de propriedade barata no Norte de Minas. É este o plano para que as terras do Norte de Minas não valham mais nada: proíbe-se tudo lá, e o pessoal venderá as terras a preço de banana. As grandes empresas do Triângulo irão lá e comprarão as terras do Norte de Minas a preço de banana, desmatarão o resto que há e farão reserva legal no Norte. Vocês querem condenar uma região à pobreza, querem expulsar o povo norte-mineiro das suas terras, e isso não aceitaremos. Se for preciso, organizaremos nossos produtores, nossos trabalhadores rurais, nossos agricultores familiares para juntos defendermos nossa região. Não aceitaremos o empobrecimento para ficarmos aqui pedindo migalhas, deixando de assinar CPI porque recebemos ambulância. Não faremos nem aceitaremos isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/10/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado José Henrique

nomeando Maria de Lourdes Amormino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando Rosemar Santana Jesus do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Mariana Villas Starling para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Juliana Resende Capucci do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemar Norte Leste S.A. Objeto: prestação de serviços de comunicação de dados. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação do Contrato nº 172/2007, com reajuste de preço pelo INPC/IBGE. Vigência: 12 meses a partir de 2/10/2009. Dotação orçamentária: nº 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.39(10.1).